

Educação: Um País Indigente

A gravidade da situação econômica da maioria da população, o descrédito das instituições governamentais, a experiência cotidiana generalizada de desrespeito à lei e a mistificação dos diagnósticos sobre a realidade brasileira deslocaram para um plano secundário questões essenciais da vida nacional.

Num quadro de extrema desigualdade de renda, de informação, de acesso a bens e serviços elementares, o discurso pontual e sensacionalista sobre aspectos conjunturais da crise da economia ergueu uma cortina de fumaça sobre as questões de responsabilidade social do Estado e da propriedade e tornaram quase ininteligíveis a situação e os mecanismos das políticas públicas.

Problemas de emprego, habitação, alimentação, saúde e educação passaram a ser tratados pela opinião pública como fruto da desregulação da economia e das finanças públicas, como se Estado e economia – os problemas derivados, de distribuição e participação – não fossem parte de um conjunto de anomalias de uma ordem social que resiste a atualizar-se frente à diferenciação da economia, a profundas alterações da estrutura demográfica, a novas aspirações políticas da população e ao quadro mundial.

O Brasil, um dos países de industrialização tardia mais avançados do mundo, detentor de um dos maiores parques industriais, abriga hoje uma sociedade de baixo perfil educacional, aquém da média latino-americana, imensamente abaixo de vários países de renda per capita equivalente e desesperadamente à distância de economias com índices equivalentes de complexidade.

Os quase 20 milhões de analfabetos declarados, somados a outros 20 milhões de jovens sem a capacidade efetiva de ler e escrever – um terço da população – situam-nos acima apenas de países como o Haiti, o Laos, o Chade, o Iemem, aquém da Argentina, do México, do Uruguai, da Tailândia, e dramaticamente abaixo de mais de 40 outros países, para não mencionar o Japão, países da Comunidade Européia, Cuba, os Estados Unidos, a Austrália.

Os dados da economia, os processos radicais de urbanização, o nível de sofisticação da máquina governamental e de organização dos grupos privados, e as atitudes da população perante a escola, nada disso explica o quadro educacional brasileiro.

Deixamos para trás o “país agrícola” do passado, criamos uma indústria que hoje corresponde a 40% do valor da transformação industrial da América Latina, invertimos o conteúdo de nossa pauta de exportações e a composição rural-urbana de nossa população. Hoje, 12 cidades brasileiras ultrapassam 1 milhão de habitantes.

A competência do Estado brasileiro em conduzir um processo de transformação de tal ordem, a formação de uma cultura empresarial que vem sendo capaz de organizar setores razoavelmente avançados de produção e operar com vigorosos grupos de pressão, o desenvolvimento do movimento sindical, a constituição de setores moder-

nos de classe média, a enorme mobilidade territorial e ocupacional da população, tudo isso, em outras condições, teria levado a uma revolução educacional.

Essa revolução, o Brasil ainda não fez. Não fez como não avançou, a um mínimo compatível com a urbanização e o crescimento econômico, em saúde, habitação, transporte urbano, polícia, sistema judiciário. O Estado concentrou-se em beneficiar interesses privados e em proteger indiscriminadamente o mercado interno para empresas que cresceram oligopolicamente, seja em mãos do Estado, seja de capitais nacionais ou estrangeiros. A alta burocracia institucionalizou privilégios, enquanto dois terços do funcionalismo público federal recebem em média 2 salários mínimos. O governo privatizou-se a serviço do poder econômico, da alta classe média e do clientelismo político.

O Brasil alcançou e aprofundou-se no lugar nº 1 em concentração da renda. Enquanto o décimo mais bem pago recebe metade da renda, a metade recebe pouco mais de um décimo. Metade dos trabalhadores não tem emprego certo ou ganha até um salário mínimo. Metade das famílias vive na pobreza; dessas, um quinto, na miséria.

Esta sociedade teve sempre uma resistência estrutural à democratização política, econômica e, por isso, educacional. Os 10% mais bem pagos, altos consumidores, educados, nutridos, saudáveis, viajados, bem vestidos, ocupam o lugar ainda intocado dos velhos senhores e barões do passado. Desenvolvemos, com habilidade incontestável, todos os mecanismos de diferenciação entre povo e elite, entre "nós" e o resto, entre cidadãos e não-cidadãos.

O sistema educacional cresceu, mas não educa. São os mesmos 10% que conseguem chegar à universidade. No 1º grau, somente 38% concluem a 1ª série. Menos de 25% chegam ao 2º grau, apenas 17% o concluem. Dois terços são obrigados a pagar pelo ensino, pois somente 33% das matrículas estão em escolas públicas. Na Coreia do Sul, 80% da população têm o 2º grau completo; no Japão, 90%. Em 1970, 11% da população total de 20 a 24 anos faziam a universidade, hoje, nem isso, apenas 9%, enquanto essa taxa para a América Latina é de 15,5%, e para a Europa, de 25%.

Para um país confrontado pelo desafio de modernizar-se ou regredir econômica e politicamente, a revisão do sistema educacional constitui uma questão de sobrevivência. As deficiências de educação afetam, hoje, não apenas as oportunidades de construirmos uma democracia política e de elevarmos os níveis de rendimento da máquina governamental, mas também de alterarmos nossa estrutura de consumo e os níveis de produtividade. Uma população deseducada usa mal equipamentos e serviços, consome mal, desloca-se mal e certamente produz mal.

A população quer a escola. Hoje, somente 10% de crianças de 7 a 14 anos nunca foram à escola, na maioria dos casos por impossibilidade física de acesso, particularmente em áreas rurais do Nordeste. Outros 7% uma vez lá estiveram e a abandonaram. De algum modo, mesmo retardatários, 90% chegam à escola. São os pais que insistem, contra todos os obstáculos.

Também não é a evasão espontânea - que a estatística dos registros oficiais amplia, mas que os dados dos censos e dos PNADs contestam - que explica a indigência educacional brasileira. Na verdade, a evasão da 1ª à 2ª série do 1º grau não vai muito além de 2%. As crianças podem deixar a escola em que estiveram antes matriculadas por motivos de mobilidade residencial, por crise econômica da família, por falta de incentivos, mas voltam ou se mantêm no sistema, em outras escolas, na mesma escola em outro momento. A taxa global de evasão entre menores de 7 a 14 anos está pouco acima de 7%. Os pais insistem também aqui, ainda que para verem seus filhos se arrastarem por intermináveis repetências.

Não estão fora da escola as razões que negam à população o direito à educação, e à sociedade, as vantagens de uma população educada. É a escola que escolhe, castiga e rejeita, reprovando 54% dos alunos já na 1ª série e reduzindo-os a 38% ao fim do 1º grau. Mais da metade entra no 1º grau aos 7 anos; mas a repetência eleva a idade média da 2ª série a 9 anos. Numa luta constante contra uma escola incompetente, punitiva, obcecada com a arma política da repetência, essas crianças permanecem em média 8,4 anos no 1º grau e não conseguem alcançar em média mais do que a 5ª série. Quase dois terços estão acima da idade normal de sua série e apenas 13% completam o curso em idade adequada.

Recordista mundial de jornadas e anos letivos curtos, a escola de 1º grau brasileira retém seus alunos em média 3,5 horas por dia. Ensina pouco e ensina mal. Uma avaliação do rendimento escolar de alunos de 1º grau em escolas públicas, encomendada pelo Ministério da Educação à *Fundação Carlos Chagas*, demonstra que a raiz dos problemas de leitura, redação e matemática vem da 1ª série, que não alfabetiza nem em tempo hábil nem de forma competente. Ao final do 1º grau, permanecem problemas de leitura e redação, enormes dificuldades em matemática básica, geometria e ciências.

Um atrativo crítico para os grupos de renda mais baixa, a merenda escolar, chega à escola freqüentemente atrasada, às vezes com prazos esgotados, e as escolas não têm instalações nem pessoal para o seu preparo. A situação do livro didático não é outra.

As greves de docentes são também responsabilizadas pela evasão e o baixo rendimento. Os professores têm razão. São mal pagos. A diversidade de níveis - sempre ínfimos - de salários, variando de acordo com estados e municípios até o não-salário, não corresponde nenhum sistema de incentivo. Não faz diferença ensinar em zonas rurais ou em periferias urbanas mal servidas de transporte. O corporativismo dos órgãos de classe favorece essa homogeneidade, que o desrespeito das autoridades nivela pelos patamares mais baixos.

Como se paga mal e são inquestionavelmente adversas as condições de trabalho, recruta-se mal. Somente 32% dos professores de 1º grau têm licenciatura; 19% são leigos. Como se ganha mal e depende-se de favores políticos para a designação para posições menos adversas, circula-se. São os professores leigos que permanecem. A experiência e a dedicação tornam-se assim perversamente inversas ao nível de capacitação, inclusive porque treinar é premiar - talvez o único incentivo e um dos poucos exíguos caminhos em direção a um salário melhor. Como na saúde, trabalhar é visto pelo empregador - particular ou governamental - como uma "missão", "vocação", "devoção", do professor, ao custo de um preço ilimitado de degradação profissional.

O ensino superior, por sua vez, distancia-se da escola. O desprestígio e os salários irrisórios reservam a opção pelo magistério aos que não têm o preparo e o tempo para enfrentar os cursos de prestígio. Na maioria, é nas escolas superiores isoladas, privadas, estaduais e municipais, onde o ensino é mais deficiente, que se forma para magistério.

Nas universidades públicas, os cursos para a formação de professores sempre integraram o elenco dos cursos "fracos", e o vestibular encarrega-se de triar para esses cursos os candidatos menos preparados. O nível sócio-econômico dos classificados acompanha sistematicamente a escala de prestígio dos cursos oferecidos; ao ensino, os mais "fracos". Mas há ainda um agravante: nos últimos anos, as universidades começam a não preencher as vagas para esses cursos "fracos" - leia-se, aqueles que levariam, mas nem sempre levam, ao ensino básico. Ainda assim, dois terços dos licenciados não se dirigem ao ensino.

Hoje a escola pública de 1º grau atende a 95% da população escolar. Atende pouco, pois ainda estão fora do sistema 10% de crianças que nunca nela entraram e mais de 7% de evadidos. Atende mal, pois não desenvolve a capacidade de ler e escrever competentemente, de raciocinar, criticar, ordenar a experiência, entender o mundo do trabalho, usufruir da cultura.

Há experiências que não podem ser perdidas, mas no conjunto, o sistema caminha heterogêneo, sem imaginação, sem metas qualitativas, sem controle de qualidade, sem informações sobre recursos e aplicações.

Há recursos públicos. De 1970 a 1989, as despesas com educação elevaram-se de 2,8% a 5,3% do produto nacional bruto e de 10,6% a cerca de 18% dos orçamentos públicos. Mas faltam mecanismos de controle social desses custos e agilização do fluxo de recursos. Metade dos recursos não chega às atividades-fim. Perde-se no emaranhado das transferências entre agentes financeiros privados e cofres públicos, entre órgãos recolhedores e órgãos beneficiados, entre administrações centrais e órgãos de linha.

Isenções e sonegações impunes vazam recursos potenciais. O salário-educação é cobrado sobre a folha de salário das empresas e recolhido pelo IAPAS, que o transfere lentamente ao Ministério da Educação e este a estados e municípios. Dele, são isentas as empresas estatais, que correspondem a mais de dois terços do valor de produção, e empresas agroindustriais também. De 2 milhões de contribuintes, processam-se apenas 2 a 3 casos de sonegação por ano, num país, onde se sabe, a sonegação real oscila de 40 a 60%, conforme o imposto. Eliminadas isenções e sonegação, a arrecadação do salário-educação poderia triplicar.

Mesmo nos níveis atuais de recursos, é possível mudar a situação. Tanto quanto a recuperação das universidades públicas, o país não pode mais protelar a ruptura com o papel anti-democrático e primário de uma escola que reforça as condições sociais de discriminação econômica, política e cultural da maioria da população e incapacita para a democratização. Mantidas as bases atuais de distribuição de oportunidades educacionais, este país consolidará uma estrutura social incompatível com a cidadania e com os padrões contemporâneos de produção e consumo.

Nos últimos 20 anos, certos segmentos industriais reduziram à metade o uso de matérias-primas, significando a importância da tecnologia e a perda de peso do trabalho não qualificado. Nem por isso, as não mais tão novas tecnologias levarão a um mundo de especialistas como condição genérica da força de trabalho, mas à exigência de um trabalhador-consumidor, capaz de mover-se em diferentes tipos de operações em que raciocínio e conhecimento são cruciais.

Esse trabalhador-cidadão é a criatura do ensino básico, que falta ao Brasil, mas que não pode mais faltar. De outro lado, está a universidade pública, que não pode continuar sobre uma pirâmide educacional imóvel, pesada na base, incompetente no conjunto. Em troca, uma nova escola básica precisará da universidade para formar pessoal, produzir conhecimento, propor metodologias, tanto quanto a universidade requer uma sociedade educada, um aluno criativo e crítico.

Enquanto não for possível universalizar também o 2º grau, a meta imediata é garantir todos os meios financeiros e institucionais para que a sociedade brasileira finalmente se afaste da pesada herança oligárquica e obscurantista de uma não-escola de 1º grau. Não, mais uma vez, o engodo das campanhas de alfabetização, mas um 1º grau completo, série a série, até atingir toda a população.

Não compete ao Governo Federal o ensino básico; entretanto, cabe-lhe um papel fundamental em viabilizar a discussão nacional de propostas que permitem atacar as origens desse fiasco brasileiro. Esses pontos estão relacionados com a concepção de

nação que se pretende ser, com a democratização da gestão do sistema educacional, com a abertura da comunicação entre escola e meio, e com a profissionalização do magistério, com capacitação e remuneração adequadas.

A democratização da gestão do sistema requer a substituição imediata de órgãos colegiados de deliberação e de consultores nomeados por conselhos que incorporem representações democráticas da sociedade. Essa democratização, que é fundamental para abrir o sistema à experimentação, subentende também o fortalecimento dos sistemas municipais e a autonomia da escola. Só ela permitirá responder às variações regionais, à diversidade cultural e à necessidade de proteger o sistema do clientelismo político, do corporativismo e da corrupção.

Se o país quiser, essa revolução se fará!

Brasília, 13 de março de 1990.

Comissão de Assessoramento Ministerial de Alto Nível, Ministério da Educação – MEC.

<i>Presidência:</i>	Dr. Ubirajara Brito, Secretário Geral do MEC
<i>Vice-Presidência:</i>	Prof ^a Gilda Poli Rocha Loures, Presidente do CONSED
<i>Coordenação Técnica</i>	
<i>Administrativa:</i>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP Marcos Formiga, Diretor Geral.
<i>Relatora:</i>	Maria de Azevedo Brandão, Universidade Federal da Bahia.

